

CONSELHO GERAL

Acta Número Nove



----- Aos sete dias do mês de Maio do ano de dois mil e dez reuniu sob a presidência do Sr. Dr. Francisco Costa, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efectuada a vinte e dois de Abril de dois mil e dez.-----

----- Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, a qual, devidamente rubricada, faz parte integrante desta acta.-----

----- O Professor Doutor José Manuel Nunes Castanheira da Costa participou nesta reunião, sem direito a voto, na qualidade de Reitor da Universidade da Madeira. Esteve também presente o Sr. Professor Doutor Bernardo Vasconcelos para apoiar o Sr. Conselheiro Robin Farquhar na tradução simultânea dos assuntos tratados durante a reunião.-----

----- Nesta reunião registou-se a ausência previamente justificada das senhoras conselheiras Bárbara Vieira, Jesus Maria Sousa, Magda Ascensão e Teresa Nascimento e ainda, dos senhores conselheiros António Eduardo Jesus, Hélder Lopes e Odílio Nóbrega.-----

----- No período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente do Conselho Geral propôs uma alteração à ordem de trabalhos, pela necessidade de discussão de alguns pontos da agenda na presença do senhor conselheiro David Caldeira que teria que se ausentar ao final da manhã, o que não registou por parte dos senhores conselheiros qualquer oposição. Nestes termos a ordem de trabalhos passou a ser a seguinte:-----

- Ponto um - Ratificação da Acta número oito do Conselho Geral;-----
- Ponto dois - Informações;-----
- Ponto três - Plano Estratégico para dois mil e dez – dois mil e treze;-----
- Ponto quatro - Contrato de Confiança;-----
- Ponto cinco - Plano de Actividades para dois mil e dez;-----
- Ponto seis - Conta consolidada de dois mil e nove;-----
- Ponto sete - Propinas para dois mil e dez/dois mil e onze;-----
- Ponto oito - *Numeri Clausi* para dois mil e dez/dois mil e onze ;-----
- Ponto nove - Código de Conduta;-----
- Ponto dez - Regulamento Disciplinar dos Estudantes;-----
- Ponto onze - Regulamento do Processo Disciplinar;-----
- Ponto doze - Centros de Investigação – interpretação dos Estatutos;-----
- Ponto treze - Outros assuntos.-----

----- **Ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da Acta Número Oito do Conselho Geral**. O Sr. Presidente do Conselho Geral questionou os senhores conselheiros sobre a existência de alguma proposta de alteração a fazer à acta. -----

----- Nada havendo a registar, a acta número oito do Conselho Geral foi submetida à ratificação, tendo sido aprovada por maioria com zero votos contra, uma abstenção e doze votos a favor.-----

----- **Ponto dois** da ordem de trabalhos, **Informações**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral pediu ao Sr. Reitor para prestar ao plenário as informações que considerasse relevantes o que foi feito nos seguintes termos:-----

----- O Sr. Reitor informou os senhores conselheiros de que iria reunir com o Sr. Secretário de Estado para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no sentido de negociar as últimas alterações solicitadas pelo Sr. Ministro da Tutela ao Programa Específico de Desenvolvimento da Universidade da Madeira, no âmbito do Contrato de Confiança, a fim de poder estar ultimado no dia previsto para a sua assinatura, a dezassete de Maio de dois mil e dez, na Universidade da Madeira;-----

----- O Sr. Reitor informou ainda os senhores conselheiros de que estava já atribuída a Cátedra para a Nanotecnologia na UMa, patrocinada pelo Banco Santander Totta e que o recipiente da respectiva Cátedra seria o Doutor Xiangyang Shi, proveniente da Universidade de Donghua, Xangai, China. Esta atribuição resultara de uma apreciação de dezasseis candidaturas, entre as quais se havia registado uma portuguesa. -----

----- Por fim, o Sr. Reitor informou os senhores conselheiros sobre a existência de uma nova plataforma digital de candidatura a Bolsas de Estudo, que dá ao aluno autonomia para fazer a candidatura *online*, agilizando o processamento na atribuição das mesmas pelos Serviços de Acção Social da UMa.-----

----- Por seu lado, o Sr. Presidente do Conselho Geral informou os senhores conselheiros da utilidade de ter estado presente em Lisboa em duas reuniões de trabalho a convite do Conselho Nacional de Educação e da Fundação Calouste Gulbenkian e ainda sobre uma carta recebida do Sr. Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores em solidariedade pela intempérie de vinte de Fevereiro. -----

----- **Ponto três** da ordem de trabalhos, **Plano Estratégico para dois mil e dez-dois mil e treze**. O Presidente do Conselho Geral começou por informar o Conselho que, nos termos do artigo décimo oitavo dos Estatutos da Universidade da Madeira, os membros externos do Conselho Geral e a Comissão do Conselho Geral para o Planeamento



Estratégico tinham emitido pareceres sobre o Plano Estratégico ora em análise, ambos em sentido favorável e recomendando a sua aprovação.-----

----- Em seguida, o Sr. Presidente do Conselho Geral solicitou ao Sr. Reitor a explanação do documento em discussão, tendo este efectuado uma abordagem sucinta dos grandes temas que o documento aborda, com especial preocupação relativamente às alterações introduzidas na Missão e Visão da Universidade face aos documentos apresentados em anterior reunião do Conselho Geral e que integraram o ponto oito da ordem de trabalhos da reunião de doze de Fevereiro de dois mil e dez, *Plano Estratégico – Documento inicial*, quando aborda o Plano Estratégico em si e as linhas estratégicas de desenvolvimento debruçando-se de seguida sobre cada medida concreta. Após a apresentação do documento, e não obstante o elogio efectuado por diversos membros do Conselho no que respeita à forma e conteúdo global do mesmo, diversos senhores conselheiros intervieram no debate sobre vários temas, designadamente: -----

----- O facto de a Universidade enveredar prioritariamente pelo caminho do ensino e da formação técnica e profissional, tornando o acesso à investigação mais regrado e por isso restrito, podendo até pensar-se, por sugestão do Sr. Conselheiro Mário Cunha, na constituição de um órgão que organize, regularize e apoie essa mesma investigação, não obstante o facto de, na opinião do Sr. Conselheiro António Brehm, ser praticamente impensável um docente nos dias de hoje dissociar a sua prática de ensino da sua prática de investigação ou, melhor dizendo, uma investigação aplicada de uma investigação fundamental. Neste capítulo, a Sra. Conselheira Paula Castilho acentuou o facto de não poder ser esquecido que a investigação tem também o seu próprio corpo e por isso uma estrutura própria voluntariamente implementada na UMa há mais de quinze anos e que nestes casos a investigação realizada parte dos próprios investigadores. Neste âmbito estabeleceu-se consenso que a Universidade da Madeira não se iria tornar numa *research university* por estar mais potenciada para ser uma boa *teaching university*, dando, contudo, à investigação o apoio de que esta necessita no que respeita a fortalecer estruturas para se desenvolver nas áreas potencialmente preparadas para o efeito (tecnologias e ciências experimentais), regulamentando as áreas de investigação de menores recursos debaixo da alçada da Reitoria e responsabilizando os investigadores pelos resultados obtidos. Este objectivo preocupou particularmente os senhores conselheiros com ligação à área das humanidades. -----

----- A criação de um Observatório de Emprego que visará apoiar e aconselhar não só a Reitoria nas opções dos caminhos a traçar, mas também os alunos recém-licenciados e

à procura do primeiro emprego, que contou com o apoio incondicional da Sra. Conselheira Helena Jardim que, mais uma vez, acentuou o facto de, dessa forma, poder encontrar diferentes alicerces no sentido de repensar o papel do Centro de Competência de Tecnologias da Saúde, independentemente de considerar que acima de tudo a qualidade do Curso de Enfermagem leccionado na UMa, marcará a diferença; -----

----- O facto de estar previsto que o Conselho Cultural seja constituído e implementado sob a orientação do Gabinete de Imagem e Relações Públicas (GIRP), o que provocou uma reacção de surpresa por parte da Sra. Conselheira Luísa Paolinelli, na medida em que, em sua opinião, esta orientação podia ser dada, por exemplo, a partir da Comissão do Conselho Geral para a Imagem e Relações Públicas. -----

----- Por outro lado, o Sr. Conselheiro José Carmo, enfatizando que concordava com o documento na generalidade, afirmou que preferia que cada medida pudesse ser discutida individualmente, pelo compromisso que acarreta para o futuro, embora admitisse que, pela natureza do documento, tal discussão não se pudesse fazer ponto por ponto. Esta intervenção, e a nota concreta de que as dúvidas e mesmo discordância em relação a algumas medidas o impediam de votar favoravelmente um documento que merecia a sua aprovação na generalidade, suscitou intervenções quer do Sr. Conselheiro Paquete de Oliveira quer do Sr. Conselheiro David Caldeira salientando o carácter de orientação global que deve ter um documento desta natureza pela sua amplitude e alcance a médio prazo, com uma forte componente intencional mas necessariamente imbuído de um claro conteúdo de planeamento normativo com compromissos concretos. -----

----- O Sr. Presidente do Conselho Geral encerrou a discussão deste ponto secundando os elogios já efectuados por outros senhores conselheiros a um documento que considera notável, felicitando a Reitoria pela sua elaboração. -----

----- O documento foi votado e aprovado por maioria com zero votos contra, uma abstenção e doze votos a favor - **deliberação número trinta/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Contrato de Confiança**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral lembrou aos senhores conselheiros que o Programa Específico de Desenvolvimento da UMa no âmbito da Melhoria da Oferta do Ensino Superior em Portugal no quadro do Contrato de Confiança já havia sido discutido na generalidade em anterior reunião e que, agora, tendo sido introduzidas algumas

alterações, o Sr. Reitor iria esclarecer o Conselho sobre as mesmas e os novos procedimentos a adoptar. -----

----- O Sr. Reitor tomou a palavra e numa primeira instância explicou que, à semelhança do que havia sido adoptado pela Universidade do Minho, o programa passara de três para quatro anos suavizando o esforço a ser desenvolvido pelas Universidades. Nesta fase, o Sr. Reitor informa igualmente que, a pedido do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, haviam sido introduzidas algumas alterações e que teria ainda uma última reunião com o Sr. Secretário de Estado da Tutela a fim de ultimar a versão final do documento, para que este possa ser assinado a dezassete de Maio de dois mil e dez na Universidade da Madeira. A pedido de alguns senhores conselheiros, o Sr. Reitor procedeu a esclarecimentos pontuais sobre o conteúdo do programa.-----

----- Concluídas as explicações, o Conselho deliberou por unanimidade renovar o mandato conferido ao Sr. Reitor para concluir a negociação com o MCTES do Programa Específico de Desenvolvimento da Universidade da Madeira, de acordo com as linhas gerais de orientação colocadas à apreciação do Conselho, bem como para proceder à sua assinatura em representação da Universidade da Madeira - **deliberação número trinta e um/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Plano de Actividades para dois mil e dez**. O Presidente do Conselho Geral começou por informar o Conselho que, nos termos do artigo décimo oitavo dos Estatutos da Universidade da Madeira, os membros externos do Conselho Geral e a Comissão do Conselho Geral para o Planeamento Estratégico tinham emitido pareceres sobre o Plano de Actividades ora em análise, ambos em sentido favorável e recomendando a sua aprovação. -----

----- A pedido do Sr. Presidente do Conselho Geral, o Sr. Reitor procedeu ao esclarecimento do conteúdo do documento em discussão, lembrando que o mesmo, em teor mais específico, está intimamente ligado aos documentos discutidos nos pontos três e quatro desta agenda de trabalhos. -----

----- Na sequência da intervenção do Sr. Reitor, os senhores conselheiros nada quiseram discutir ou acrescentar. -----

----- O documento foi submetido a votação e aprovado por maioria com zero votos contra, uma abstenção e doze votos a favor - **deliberação número trinta e dois/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto seis** da ordem de trabalhos, **Conta Consolidada de dois mil e nove**. O Presidente do Conselho Geral começou por informar o Conselho que, nos termos do artigo décimo oitavo dos Estatutos da Universidade da Madeira, os membros externos do Conselho Geral e a Comissão do Conselho Geral para os Assuntos Financeiros tinham emitido pareceres sobre a Conta Consolidada de dois mil e nove ora em análise, ambos em sentido favorável e recomendando a sua aprovação. -----

----- Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral solicitou ao Sr. Reitor a apresentação da Conta Consolidada da UMa referente ao ano de dois mil e nove que, por seu lado, pediu a colaboração da Sra. Administradora Dra. Carla Cró que, para tal, se fez acompanhar pelo Fiscal Único da UMa, Dr. José Martinho Soares Barroso, os quais foram então convidados pelo Sr. Presidente do Conselho Geral a participar na reunião. -----

----- Efectuada a apresentação global da Conta Consolidada pela Dra. Carla Cró e tendo-se os senhores conselheiros absterido de qualquer comentário, foi pedida a intervenção do Fiscal Único presente que se congratulou pela Universidade da Madeira ser uma das poucas Universidades que, em sua opinião, apresenta resultados positivos acrescentando que as reservas apresentadas se sanariam certamente sem problemas a curto prazo, considerando que tudo se encaminha para se organizar da melhor forma e no melhor interesse da Universidade. -----

----- Terminadas as intervenções, foi, pelo Sr. Reitor, elogiado o trabalho desenvolvido pela Dra. Carla Cró e a sua equipa, tendo este reconhecimento merecido a concordância unânime do Conselho e devendo, como tal, ser registado em acta. -----

----- O documento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade - **deliberação número trinta e três/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto sete** da ordem de trabalhos, **Propinas para dois mil e dez/dois mil e onze**. O Sr. Presidente do Conselho Geral solicitou ao Sr. Reitor a apresentação do presente ponto. O Sr. Reitor explicou aos senhores conselheiros que havia já auscultado o Senado e que não havia sentido oposição dos alunos quanto ao teor da proposta de propinas ora apresentada. Mencionou ainda que, por seu lado, a Universidade havia feito no ano transacto um esforço financeiro, diminuindo o valor da receita por não aumentar a propina e que, este ano, iria continuar a desenvolver um importante esforço de tesouraria ao ter introduzido a possibilidade de utilização de uma quarta prestação na forma de pagamento. Neste sentido, o valor anual da propina proposto para o ano

lectivo de dois mil e dez/dois mil e onze para os cursos da Universidade da Madeira é de: -----

- a) *Cursos de Educação Tecnológica – seiscentos e dezassete euros e cinquenta cêntimos; -----*
- b) *Primeiro Ciclo – novecentos e oitenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos; -----*
- c) *Segundo Ciclo: -----*
 - i. *Valor mínimo – novecentos e oitenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos; -----*
 - ii. *Valor máximo – cinco mil euros; -----*
 - iii. *Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis pelos ciclos, poderá variar entre mil e cinco mil euros, em múltiplos de quinhentos euros. -----*
- d) *Terceiro Ciclo: Dois mil, setecentos e cinquenta euros; -----*
- e) *Outros ciclos de estudo e projectos de formação não conferentes de grau académico; -----*
 - iv. *Valor mínimo – mil euros; -----*
 - v. *Valor máximo – cinco mil euros; -----*
 - vi. *Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis pelos ciclos, poderá variar entre mil e cinco mil euros, em múltiplos de quinhentos euros. -----*

----- O documento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade - **deliberação número trinta e quatro/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto oito** da ordem de trabalhos, **Numeri Clausi para dois mil e dez/dois mil e onze**. A pedido do Sr. Presidente do Conselho Geral, o Sr. Reitor explicou aos senhores conselheiros que o número de vagas para os primeiros ciclos no ano lectivo de dois mil e dez/dois mil e onze se mantinha idêntico ao do ano transacto, salvaguardando o facto de que a avaliação efectuada pela agência de acreditação A3ES poderá impor a cessação de cursos ou conferir apenas uma aprovação condicional. Ainda, caso ocorra esta segunda possibilidade, competirá à Reitoria, em conjunto com os Centros de Competência envolvidos, decidir sobre a sua continuidade ou encerramento em função das metas que a A3ES venha a impor, concluindo-se o processo com uma consulta à Comissão Académica do Senado, antes da decisão final.-----

----- **Ponto oito** da ordem de trabalhos, *Numeri Clausi para dois mil e dez/dois mil e onze*. A pedido do Sr. Presidente do Conselho Geral, o Sr. Reitor explicou aos senhores conselheiros que o número de vagas para os primeiros ciclos no ano lectivo de dois mil e dez/dois mil e onze se mantinha idêntico ao do ano transacto, salvaguardando o facto de que a avaliação efectuada pela agência de acreditação A3ES poderá impor a cessação de cursos ou conferir apenas uma aprovação condicional. Ainda, caso ocorra esta segunda possibilidade, competirá à Reitoria, em conjunto com os Centros de Competência envolvidos, decidir sobre a sua continuidade ou encerramento em função das metas que a A3ES venha a impor, concluindo-se o processo com uma consulta à Comissão Académica do Senado, antes da decisão final.-----

----- Na sequência desta explicação, apenas a Sra. Conselheira Helena Jardim voltou a demonstrar preocupação com o facto de a agência de acreditação poder não aprovar o Curso de Enfermagem por falta de número de docentes. -----

----- O documento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade - **deliberação número trinta e cinco/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- Nesta ocasião registou-se a ausência do Sr. Conselheiro David Caldeira. -----

----- **Ponto nove** da ordem de trabalhos, **Código de Conduta**. Para discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a apresentar o documento que, após breves palavras, recordou que o documento havia já sido, não só, submetido a uma consulta à academia, como havia também sido auscultado o Senado. Na sequência da intervenção do Sr. Reitor, o Sr. Presidente perguntou aos senhores conselheiros se teriam alguma questão a apresentar, altura em que o Sr. Conselheiro Robin Farquhar propôs duas alterações ao documento, nos seguintes termos: na cláusula décima terceira (Actividades de leccionação), ponto dois, eliminar as alíneas d) e e) e introduzir uma nova alínea d) com a seguinte redacção: “*d. Não permitir que as relações pessoais influenciem as responsabilidades académicas (ensino, avaliação e supervisão).*” Na cláusula décima quinta (Conduta dos Alunos), alterar a alínea c), do ponto um, conferindo-lhe a seguinte nova redacção: “*c. Respeitar os outros estudantes e o seu direito à educação.*” -----

----- As propostas de alteração foram aceites pelo Sr. Reitor e pelos senhores conselheiros e o documento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade - **deliberação número trinta e seis/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto dez** da ordem de trabalhos, **Regulamento Disciplinar dos Estudantes**. Igualmente neste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente do órgão solicitou ao Sr.

Sr. Reitor a apresentar o documento em discussão. Deste modo, foi efectuada uma explanação pelo Sr. Reitor, recordando que também o documento em discussão havia estado em auscultação quer na academia quer no Senado, cabendo nesta altura ao Conselho Geral a sua aprovação. -----

----- Foi aberta a discussão pelo Sr. Presidente do Conselho Geral, tendo-se registado duas questões colocadas pelo Sr. Conselheiro Robin Farquhar: a primeira consistia em querer saber a quem cabe o custo das despesas com os advogados e outros procedimentos legais, o que foi explicado e esclarecido à luz do sistema jurídico Português; a segunda, resultava de considerar que o Sr. Reitor, sendo a entidade máxima da instituição a quem, em última instância, se recorre, deveria salvaguardar-se, delegando a presidência da Comissão Disciplinar do Senado, tendo-lhe sido explicado e esclarecido que esta matéria estava definida estatutariamente e como tal deve ser observada nos respectivos termos. -----

----- O documento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade - **deliberação número trinta e oito/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto doze** da ordem de trabalhos, **Centros de Investigação – interpretação dos Estatutos**. Também neste ponto de discussão da ordem de trabalhos foi, pelo Sr. Presidente do Conselho Geral solicitado ao Sr. Reitor que explanasse o ponto em discussão e apresentasse a sua proposta que abaixo se transcreve:-----

----- Tendo em vista o total esclarecimento das dúvidas levantadas pela leitura individual ou conjunta dos artigos 31.º e 40.º dos Estatutos da Universidade da Madeira, o Conselho Geral determina que:-----

- 1.- Para efeitos de representação no Senado da Universidade da Madeira, os Centros de Investigação cujo órgão máximo é identificado pelo termo “coordenador” serão representados por estes; -----
- 2.- Para efeitos de representatividade no Senado Universitário, a leitura correcta do artigo 31.º assimila as restrições impostas pelo artigo 40.º aos Centros de Investigação; -----
- 3.- Por reconhecimento e avaliação positiva nos termos da lei (artigo 40.º) entende-se, até à eventual revogação desta deliberação, reconhecimento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e avaliação por esta entidade com classificação mínima de Bom; -----
- 4.- Para efeitos de representatividade nos termos dos art. 31º e 40º dos Estatutos contarão igualmente os Pólos de Centros de Investigação e grupos que

participam em Centros de Investigação em consórcio da Universidade da Madeira, desde que como tal constituídos e desse facto tenha sido solicitado o reconhecimento e posterior aprovação pelo Reitor da Universidade da Madeira, ouvido o Senado. -----

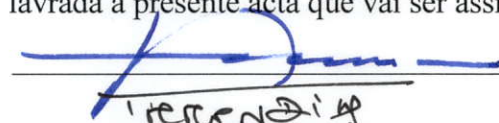
----- Tendo o Sr. Reitor apresentado a proposta e os seus fundamentos, foi aberta a discussão pelo Sr. Presidente do órgão que contou com a participação de alguns senhores conselheiros, transcrevendo-se abaixo as linhas gerais das suas preocupações, designadamente quanto ao facto de nesta representação terem assento apenas dois directores eleitos de entre os pares; à questão de não estar regulamentada a sua substituição; à definição de pólo (grupo ou indivíduo); à questão de consórcio (um indivíduo ou mais indivíduos de cada Universidade); à importância da designação (coordenador ou director); à representatividade apenas por centros FCT avaliados com “Fair” (Bom), temas estes que foram objecto de debate e reflexão por parte dos senhores conselheiros. -----

----- O documento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade - **deliberação número trinta e nove/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto treze** da ordem de trabalhos, **Outros Assuntos**. Nada houve a registar.----

----- O Sr. Presidente do Conselho Geral, perguntou aos senhores conselheiros se era por eles dado à mesa um voto de confiança para elaboração da acta, produzindo esta efeitos imediatos e devendo ser ratificada na próxima reunião do Conselho Geral, voto este que mereceu a concordância unânime dos presentes. -----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, dela tendo sido lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei.---



_____.